

## Quem matou o ensino de História? Relações entre indústria cultural e a História ensinada

*Who Killed the Teaching of History? Relations between the Cultural Industry and the Teaching of History*

Prezados leitores, prezadas leitoras,

O mistério em torno do “quem matou?” é receita quase infalível para o sucesso de telenovelas no Brasil. A escrita deste texto se dá exatamente no dia em que a Rede Globo de Televisão estreará o *remake* da novela *Vale Tudo*, transmitida originalmente em 1988, e cujo sucesso ficou marcado, dentre outras coisas, pelo mistério em torno da morte da vilã Odete Roitman, àquela época interpretada por Beatriz Segall, e agora por Débora Bloch. O sucesso dessa pergunta está menos em seu ineditismo, afinal, além de *Vale Tudo*, outras tantas novelas já usaram desse expediente, a exemplo de *Pedra sobre Pedra* (Quem matou Jorge Tadeu?) e *Celebridade* (Quem matou Lineu?), do que na sua capacidade de prender a atenção do telespectador e de servir como fio condutor da trama que está sendo narrada.

Utilizar esse artifício retórico neste texto reverbera a intenção de obter a atenção do leitor para a problematização em torno do que seria a “morte” do ensino de História, a partir de apontamentos incipientes que buscam articular indústria cultural e a História ensinada. Tal como dito em relação às novelas, também não é inédita a pergunta, mesmo quando o que está em jogo é a disciplina aqui privilegiada. Arthur Ávila (2021, p. 45-46) já provocou:

Por que, dada a profusão de informações sobre o passado que circulam nos nossos tablets, PCs e televisões, para além dos romances e cinemas, deveríamos nos preocupar em continuar ensinando história às novas gerações? Não teriam esses produtos substituído uma historiografia vetusta e antiquada? E não seria, enfim, isso algo positivo, ou seja, uma eficaz democratização do passado?

Para essas indagações, que repercutem e desdobram a provocação feita no título, não vale a pena fazer mistério. Ou seja, vale a pena continuar ensinando História para as novas gerações, e esses produtos da indústria cultural não substituem o conhecimento histórico escolar, nem necessariamente produzem uma eficaz democratização do passado. Isto é, a História não morreu. Essas afirmações categóricas não são suficientes para amenizar as angústias relacionadas à propalada *crise* que interpela a História ciência e a História escolar, acusadas de não mais oferecerem respostas pertinentes aos dramas e desafios humanos, sobretudo em contexto de crise climática universal, avanço do ultraconservadorismo na sociedade e, mais especificamente, na política, e de retrocessos democráticos em escala internacional. Tanto na versão científica como na versão escolar, mais do que algo que precisa ser superado para o retorno do quadro vigente antes dela se instalar, a noção de crise pode ser entendida como uma oportunidade para a problematização do que tem sido validado como História e de seus processos de construção.

Olhando mais especificamente para a História ensinada nas escolas da educação básica e para a pesquisa em Ensino de História, os produtos da indústria cultural, não raro, têm sido apontados como inimigos do professor e da verdade histórica. São acusados de serem superficiais, de cometerem erros factuais, de promoverem anacronismos, entre outros problemas que resvalam na aula de História, demandando do professor ou da professora um exercício quase desconstrucionista das narrativas históricas que circulam por esses meios. Mas também não são poucos os argumentos mobilizados para defender que o ensino de História precisa incorporar esses produtos em suas ações para não malograr em seu propósito inicial, que seria gerar interesse nos estudantes, dado o maior apelo que eles costumam ter junto ao público, condição que seria indispensável para se obter aprendizagens.

As premissas que organizam e orientam essas duas leituras sobre a relação entre o ensino de História e a indústria cultural se situam nos cânones das áreas da Teoria da História e da Didática. No primeiro caso parece haver certa repulsa a qualquer movimento que possa colocar sob suspeita o caráter científico da História. Admitir traços de ficção, estratégias retóricas e anacronismos, ainda que controlados, seria não apenas colocar em xeque a cientificidade da História, mas abrir as portas para toda a sorte de negacionismos. Sendo assim, na

escola não deveria haver espaço para esse tipo de produção que tem o passado como objeto. A História ensinada deveria apenas lidar com as adaptações necessárias do conhecimento historiográfico para torná-lo inteligível aos estudantes da educação básica. No segundo caso, entende-se que toda aprendizagem é decorrente de um ato deliberado por aprender, demandando, portanto, motivação, interesse, e outros atributos psicológicos, sem os quais as aprendizagens não se tornam possíveis de serem obtidas. Destaca-se, nessa linha, a reafirmação da associação entre aprender e ter posse de um objeto que antes não se tinha, tudo isso de forma plenamente consciente.

Não seria oportuno acionar o sentido de crise como possibilidade de problematizar esses cânones? Os produtos da indústria cultural contam histórias, problematizam e reafirmam valores, comovem, revoltam, generalizam, particularizam, selecionam temas e abordagens, induzem comportamentos, articulam temporalidades diversas, etc. De certa forma, não é esse também o papel do ensino de História?

É consensual no campo do Ensino de História que não se tem contato com enunciados sobre o passado ou, de forma mais ampla, sobre formas de significar a experiência humana no tempo, apenas na escola. No entanto, em espaço enunciativo algum há um compromisso institucionalizado e legitimado de oferecimento de uma História “verdadeira”, como é o caso das escolas. Ainda que o conhecimento ensinado nas aulas dessa disciplina não seja o produto resultante das investigações realizadas no âmbito da ciência histórica, mas um conhecimento com singularidades epistemológicas e finalidades próprias (o que contempla elementos axiológicos e políticos), o compromisso com o domínio do verdadeiro precisa ser preservado nesse espaço. Sublinho, no entanto, que tal compromisso não pode continuar servindo de justificativa para a reafirmação de uma História e de um ensino disciplinados, que engessam tempos e temporalidades, coisificam sujeitos, enxergam erro onde há diversidade ou multiplicidade, que percebem o anacronismo como o pecado do historiador e, por conseguinte, do professor de História, que produzem narrativas que ignoram corpos e são dirigidas apenas às consciências (Albuquerque Júnior, 2023), que não tocam e não permitem experiência (Bondía, 2002), que não cortam feito estilete (Cubas, 2022).

Não é, portanto, obra do acaso que muitos estudantes preferam assistir a filmes, youtubers, novelas, séries, e mesmo jogar games com temática histórica

a ouvir as histórias narradas por seus professores e professoras de História na escola. A disciplinarização e o disciplinamento da História acabaram por afastá-la dos dramas humanos (Guimarães, 2009). Não seria, pois, pertinente que o ensino de História tome de empréstimo das telenovelas e de outros produtos da indústria cultural a capacidade de enredar, de produzir intrigas que engajem “o mundo do leitor”, que, no caso, são os estudantes da educação básica? E isso nada tem a ver com produzir narrativas falsas ou autorreferentes, tampouco abrir mão dos conteúdos cientificamente produzidos, mas com recuperar o caráter cognitivo da ficção por meio da dimensão estética da narrativa, o que implica problematizar o tratamento dado a esses conteúdos na construção das narrativas históricas escolares. Nessa linha, as aprendizagens da História não estariam confinadas ao interesse consciente por aquisição de algo que lhe é externo, mas se relacionariam com a imaginação, a fabulação, a ficção, o afeto, a estética, a ética e o que mais for mobilizado para o estabelecimento de relações constitutivas entre sujeitos e conhecimentos.

Mais do que afirmar a morte do ensino de História e acusar a indústria cultural de ser o principal suspeito do assassinato, talvez seja possível investir em outros contornos para a relação. Ensinar História com e contra a indústria cultural, não a colocando como mocinha, tampouco como vilã, mas como mais uma fonte para a aula, pode ser um caminho fértil para o processo de produção de leituras políticas sobre o mundo por meio da História ensinada.

Como forma de dar continuidade a essa discussão, o presente número da *Revista História Hoje* apresenta o dossiê Ensino de História e Teledramaturgia: usos e abusos. Organizado por Giovani José da Silva (UNIFAP), Ana Heloisa Molina (UEL) e Fabiano Cabral de Lima (UFRJ), o dossiê traz contribuições para pensar os diversos gêneros que compõem a teledramaturgia como fontes históricas e como recursos didáticos. Ele é composto por seis artigos, uma resenha e uma entrevista que, juntos, conformam um todo potente para a problematização sobre ensino de História e indústria cultural.

Além do dossiê, compõem o primeiro número de 2025 da *Revista História Hoje* mais três artigos, sendo dois de fluxo contínuo e um da seção Falando de História Hoje. Em “Residência Pedagógica, práticas antirracistas e o ensino da História”, Wilian Carlos Cipriani Barom socializa experiências de aulas de História realizadas a partir do tema “A contribuição negra na construção física e social de Curitiba”, explorando aproximações entre teorias, conceitos e metodologias na

resolução de problemas do ambiente escolar, tendo como foco a reafirmação de um ensino de História comprometido com práticas antirracistas. Em “O conceito consciência histórica e a aprendizagem histórica: compreensão e centralidade da práxis para a didática da história”, Thiago Augusto Divardim de Oliveira aprofunda compreensões do conceito de *consciência histórica* proposto por Jörn Rüsen tomando a práxis como elemento fundante da didática da história. Esse movimento é feito a partir da análise de uma estratégia didática.

Por fim, na seção Falando de História Hoje, cujo objetivo é explorar questões teóricas, conceituais e/ou metodológicas da área da História que sejam capazes de adensar e contribuir para o debate sobre ensino de História, Leandro José Brixius, autor de “*Quando Borges de Medeiros mudou de opinião: podcast narrativo como estratégia de História Pública*”, analisa as diferenças e similaridades entre o trabalho do historiador na produção de um texto acadêmico e de um produto voltado ao grande público, contribuindo para a discussão sobre a multiplicidade de formas de narrar uma mesma história.

A publicação do dossiê e dos demais textos que compõem este número da *Revista História Hoje* só se tornou possível pela participação efetiva dos/as organizadores/a, dos/as autores/as e dos/as pareceristas. Agradecemos a generosidade e o trabalho cuidadoso e rigoroso de todas as pessoas envolvidas. Isso inclui também o trabalho do assistente editorial Marcus Vinícius Correia Biaggi, da revisora Carolina Giacomo, e do diagramador Flavio Peralta.

Para o fortalecimento de nossa revista e consequente ampliação da visibilidade dos artigos nela publicados, é importante que os links dos artigos sejam compartilhados, ao invés dos próprios arquivos. Por fim, desejamos que a leitura dos textos deste número instigue reflexões, amplie perspectivas, promova outras formas de compreensão sobre a História, seu ensino e sua função social e, especialmente, que contribua para uma educação radicalmente democrática.

Boa leitura!

Marcus Bomfim  
Editor-Chefe (2023-2025)

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O corpo docente e o corpo discente: o ensino e a aprendizagem como práticas que envolvem e implicam as carnes, e não apenas mentes desencarnadas e incorpóreas. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim; ANDRADE, Juliana Alves (Orgs.). *Aprendizagem e avaliação da história na escola: questões epistemológicas*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2023, p. 19-35.
- ÁVILA, Arthur Lima de. *A História no labirinto do presente: ensaios (in)disciplinados sobre teoria da história, história da historiografia e usos políticos do passado*. Vitória: Editora Milfontes, 2021.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, jan./abr., 2002.
- CUBAS, Caroline Jacques. Por uma história que corte feito estilete: presença, experiência e sentidos em uma aula de História. *Revista História Hoje*, v. 11, n. 22, p. 15-32, 2022.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrita da história e ensino da história: tensões e paradoxos. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 35-50.